

# CULTURA URBANÍSTICA E CONTRIBUIÇÃO MODERNISTA

## Brasil, anos 1930 - 1960<sup>1</sup>

Este texto busca contribuir para a discussão sobre o papel do chamado “urbanismo modernista” na construção e consolidação do campo do urbanismo no Brasil, entre 1930 e 1960, mostrando em que cultura profissional ele vai se inserir e com que formas de pensar a cidade e o urbanismo ele vai interagir. Para isso, traça um panorama da cultura urbanística brasileira no período, explorando alguns dados produzidos e divulgados pela rede de pesquisa *Urbanismo no Brasil*, problematizando a circulação de idéias e de modelos na constituição de uma cultura urbanística no Brasil e detendo-se, particularmente, nos canais de difusão tais como publicações especializadas, congressos profissionais e contatos entre especialistas do Brasil e do Exterior.

**1** Qual o lugar do chamado “urbanismo modernista” na construção e consolidação do campo do urbanismo no Brasil? Em que cultura profissional ele vai se inserir e com que formas de pensar a cidade e o urbanismo ele vai interagir? Como se difundem as idéias que lhe dão sustentação e como elas são apropriadas no meio profissional, ao serem confrontadas com as necessidades postas pela cidade “real”? Essas são as principais questões colocadas neste artigo. Antes de tudo, porém, convém chamar a atenção para o fato de a expressão “urbanismo modernista”, utilizada aqui, conter uma boa dose de ambigüidade. A escolha de seu uso deve-se a uma questão “prática”, e por ela estamos entendendo as proposições para a “cidade funcional” defendidas nas vanguardas européias do entre guerras e sistematizadas (e, à medida que o tempo avançava, até mesmo contestadas) dentro dos chamados *Congrès Internationaux d’Architecture Moderne* - os CIAMs, sobretudo em sua fase marcada pela figura de Le Corbusier. Nesse sentido, falar em “urbanismo modernista” e em “urbanismo moderno” remete a universos propositivos bem distintos. Ainda que a busca de um desenho racional para a cidade estivesse presente desde o Renascimento e, principalmente, desde o Iluminismo, e ainda que já se buscasse ter, desde então, uma visão global sobre a cidade, será apenas na virada do século XIX para o século XX que dois elementos centrais vieram configurar o âmbito de uma nova disciplina: de um lado, sua pretensão científica e, de outro, sua intenção de prever e controlar o futuro da cidade. Dessa maneira, a expressão “urbanismo moderno” refere-se a uma gama variada de visões e de propostas relativas à solução dos problemas da cidade do presente e à idealização daquela do futuro, remetendo, no último século e meio, a um largo espectro de manifestações, que vão, por exemplo, do sanitarismo ao movimento Cidade Jardim (em suas diversas manifestações); e do movimento *City Beautiful* ou do *approach*

regional e sensível à história de um Patrick Geddes ou de um Lewis Mumford à defesa da “cidade funcional” feita pelo urbanismo “modernista”.

**2** No vasto conjunto da produção brasileira recente sobre história da cidade e do urbanismo, a constituição da disciplina tem tido um particular destaque, sobretudo a partir de meados dos anos 90. Como se sabe, desde o final dos anos 1980 a preocupação com a história tem se constituído em uma importante vertente dos estudos urbanos, questão sobre a qual se detiveram alguns pesquisadores<sup>2</sup>, interessados em entender o que explica essa produção, quais as principais temáticas trabalhadas, suas referências teóricas e os recortes espaciais e temporais priorizados<sup>3</sup>.

Um rápido balanço dessa produção revela-nos que, num primeiro momento, a temática da modernização urbana, particularmente no ciclo de desconstrução da cidade colonial, que tem o seu ápice nas reformas urbanas do início do século XX, ocupou com destaque a atenção dos pesquisadores que examinaram questões como o movimento de adequação da cidade aos novos padrões de acumulação, as relações entre modernização e modernidade, as novas representações sobre a cidade e a vida urbana, as relações entre modernização e emergência de novas formas de exclusão social, as relações entre modernização, mudança tecnológica e tecnificação da gestão pública e a questão da habitação. São estudos que concedem uma grande ênfase ao papel do Estado e das elites no processo de modernização urbana e na criação e difusão de novas representações urbanas, incluindo-se aí aquelas desenvolvidas pelos segmentos profissionais que estavam passando a se dedicar ao estudo da cidade, como os médicos e engenheiros. A preocupação com a forma urbana, que voltara a interessar os pesquisadores ainda nos anos 80, passa a agregar uma dimensão histórica nos anos 90 e, a partir daí, ganham expressão discussões sobre projeto urbano, forma da cidade ideal e relações entre arquitetura e cidade. Essa vertente da produção historiográfica confunde-se, em parte pelo menos, com a vertente da história do urbanismo, embora ambas possuam suas especificidades.

**3** A história do urbanismo representa a vertente que provavelmente mais se desenvolveu ao longo dos anos 1990, com base em pesquisas que discutiam etapas de constituição da disciplina, paradigmas a partir dos quais ela se construiu, planos e projetos elaborados para diversas cidades brasileiras, trajetórias profissionais e processos de transferência do conhecimento na área.<sup>4</sup>

Apesar do grande desenvolvimento dessa vertente, é possível constatar que o urbanismo modernista ainda não recebeu suficiente atenção por parte dos pesquisadores brasileiros, o que fica evidente ao se examinar, por exemplo, um fórum tão especializado como o dos Seminários DOCOMOMO Brasil.<sup>5</sup> O exame dos

temários desses eventos aponta para um reduzido número de trabalhos que se preocupam com a cidade e o urbanismo. São vários, entretanto, os motivos para lamentar essa lacuna, dentre eles a importância atribuída ao urbanismo modernista – principalmente em sua vertente *corbusiana* – na constituição de uma cultura urbanística no Brasil; o lugar que a experiência brasileira ocupa no panorama mundial da história do urbanismo, onde se destaca o exemplo de Brasília; e a longevidade dos preceitos basilares desse tipo de urbanismo – apesar dos questionamento que sofreu nas últimas décadas – a partir do momento em que eles penetraram na legislação, nas práticas de agências responsáveis pela definição das políticas urbanas e – talvez, sobretudo, – no próprio ensino da Arquitetura e do Urbanismo.

A preocupação em estudar a participação da vertente modernista na formação de uma cultura de área no Brasil coloca-nos, aqui, frente a duas perspectivas que se complementam: a primeira delas – que apenas tangenciaremos neste texto – refere-se às articulações internacionais que os arquitetos e urbanistas brasileiros mantinham com o meio profissional internacional e, em particular, com os CIAMs; a segunda concerne ao estudo dos mecanismos “internos” de difusão dessas idéias, tentando entender o que circulava no meio profissional brasileiro da época, por que canais essas idéias circulavam, que referências urbanísticas propunham e como elas vão configurando formas, procedimentos, métodos de intervenção sobre a cidade.<sup>6</sup> É sobretudo dessa segunda perspectiva que trataremos a seguir, sem termos, contudo, nenhuma pretensão de exaustividade, mas tão somente a de desenvolvermos uma primeira exploração comparativa de dados produzidos pela rede de pesquisa *Urbanismo no Brasil*.

**4** Ao longo das três primeiras décadas do século XX, estabelecem-se e consolidam-se as bases de uma cultura urbanística no país, representada pela prática fornecida pelo primeiro ciclo de modernização das cidades. Resumidamente, poderíamos dizer que, naquele momento, estava em jogo a adequação das cidades a uma nova ordem econômico-social, a solução de graves problemas relacionados à saúde pública, a necessidade de re-adequar a estrutura urbana a formas mecanizadas de transporte de pessoas e mercadorias e a necessidade de marcar a inserção do Brasil republicano no “concerto das nações civilizadas”, demonstrando sua efetividade pela adesão a ideais estéticos europeus. As Escolas Politécnicas – do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas também aquelas criadas em várias outras capitais (como Recife, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre), herdeiras das tradições da *École Polytechnique* de Paris – embora, em graus variados, incorporando também outras tradições de formação técnica, como a alemã e, a seguir, a americana - são os grandes centros irradiadores do pensamento e da experimentação sobre as cidades nesse período.<sup>7</sup>

Numerosos foram os planos, projetos e intervenções urbanísticas desenvolvidos por engenheiros nesse período<sup>8</sup>, destacando-se as importantes experiências representadas pela construção de uma cidade capital, Belo Horizonte, cujo projeto, desenvolvido entre 1894 e 1895 por Aarão Reis (e continuado por Francisco de Paula Bicalho), resume boa parte da cultura técnica, marcada pelo positivismo, e das preocupações de estética urbana do século XIX; pelo reaparelhamento e modernização de portos marítimos e fluviais (como os do Rio de Janeiro, entre 1902 e 1906; de Salvador, entre 1905 e 1930; de Recife, entre 1909 e 1926; e de Porto Alegre, entre 1911 e 1921); por vastos projetos de saneamento, empreitada em que se destacou o Escritório Saturnino de Brito, que trabalhou para várias cidades brasileiras; por reformas e intervenções em áreas centrais das capitais e principais cidades (como no Rio de Janeiro, entre 1902 e 1906; no bairro do Recife, entre 1909 e 1913; no vale do Anhangabaú, em São Paulo, entre 1906 e 1912; na Cidade Alta de Salvador, entre 1912 e 1916), ou ainda o desenvolvimento de projetos de bairros-jardim em São Paulo, sob a responsabilidade de (ou a partir da referência a) Raymond Unwin e Barry Parker, responsáveis pelo projeto da pioneira Letchworth, na Inglaterra. Para além do caso excepcional da criação de uma cidade capital, como Belo Horizonte, vale a pena citar também a grande experiência – com relativamente pouco espaço ainda na bibliografia especializada – de construção de cidades novas, principalmente no período republicano, e que funcionaram como laboratórios da urbanística moderna, dos ensinamentos da *Civic Art* àqueles da Carta de Atenas.<sup>9</sup>

Nesse período, o principal mecanismo de circulação de idéias sobre como intervir na cidade ainda se dava prioritariamente através do acesso a uma bibliografia estrangeira. Porém esse quadro começa a mudar. Para o período 1900-1920, o banco documental organizado pela rede Urbanismo no Brasil<sup>10</sup> contabiliza a ocorrência de 310 livros publicados nas cidades representadas na rede, número nada desprezível, considerando as limitações da época. Nesse conjunto, destacam-se obras relativas à higiene, esgotamento sanitário e abastecimento de água, além de transporte, pavimentação e embelezamento, representativas das prioridades do período. Vale anotar que já surgem, nesse período, publicações sobre habitação proletária.

Ainda nas primeiras décadas do século, os congressos profissionais surgem como um fórum privilegiado de circulação de idéias e de apresentação de planos, projetos e soluções técnicas. Do *Congresso Internacional de Engenharia*, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1922, o engenheiro Álvaro Palhano, dirá, em um artigo publicado anos mais tarde (1939), que suas conclusões valem por um programa de trabalho de uma instituição. Em 1920 é realizado o 1º. *Congresso Pan-americano de Arquitetos*,

em Montevideu, ao qual se seguem um segundo, em 1923, em Santiago, um terceiro, em 1927, em Buenos Aires, e um quarto, em 1930, no Rio de Janeiro. Ainda não dispomos de muitas informações sobre a participação de brasileiros nessa série de eventos, mas com certeza suas propostas e conclusões ecoavam através das páginas das revistas especializadas.<sup>11</sup> A inclusão do urbanismo como ponto de discussão nesses congressos aponta para uma importante mudança: o início da participação dos arquitetos nas discussões relativas à cidade. No que diz respeito às revistas técnicas, observa-se também que elas começam a se multiplicar por essa época. As primeiras, de maior longevidade e de maior penetração, são as de engenharia, publicadas por associações profissionais ou instituições de ensino, concentradas no eixo Rio - São Paulo, porém não restritas a ele.<sup>12</sup>

Os estágios de formação no exterior são outra vertente no processo de circulação de idéias no meio profissional. Muito revelador dos novos contornos que ele estava tomando nos anos 1920 é o fato de arquitetos que iriam se destacar dentro do espírito moderno, como Atílio Correia Lima e Paulo Antunes Ribeiro, seguirem, no Exterior, formação já especificamente na área de Urbanismo, embora em instituição não exatamente defensora de ideais vanguardistas, como era o caso do Institut d'Urbanisme de Paris, onde Correia Lima desenvolveu seu trabalho de conclusão de curso *Aménagement et Extension de la Ville de Niterói*. No sul do País, onde era forte a presença cultural alemã, o caso de Benno Hofman, diplomado pela Escola de Engenharia de Porto Alegre, é bastante revelador desse processo. Tendo estudado na Alemanha, em 1916, em um de seus artigos, ele afirma ter "ouvido de suas bocas a sciencia apregoada por Sitte, Hénard, Stübben, Brown, Saturnino de Brito e muitos outros mestres de renome universal".<sup>13</sup>

Finalmente, o contato com profissionais estrangeiros, numa tradição que remontava a Grandjean de Montigny, representa outra forma de disseminação de idéias no campo profissional. Cabe aqui citar a presença do francês Joseph Antoine Bouvard, herdeiro da tradição haussmanniana, que após uma longa trajetória internacional (França, Turquia, Bélgica, Argentina) radica-se em São Paulo, onde se torna vice-presidente da City, empresa para a qual também trabalhou o já mencionado arquiteto inglês Barry Parker entre 1917 e 1919. O francês Alfred Agache é outro urbanista cuja presença teve grande impacto no país durante esse período. A experiência de com ele terem trabalhado na juventude, não terá deixado de marcar a formação de profissionais que construíram trajetórias tão diversificadas quanto Affonso Eduardo Reidy e Arnaldo Gladosh, esse último de destacada atuação no Rio Grande do Sul.

**5** O período que vai do final dos anos 20 ao início dos anos 60 conhecerá importantes mudanças no panorama urbanístico brasileiro. As principais cidades do país adentram numa dinâmica mais marcadamente metropolitana, bastante



diferenciada daquela do período precedente. O longo processo de desconstrução da cidade colonial, iniciado na segunda metade do século XIX, completa-se no decorrer das primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, não deixa de ser emblemático – como fecho de uma época – o convite do prefeito Antônio Prado Júnior, do Rio de Janeiro, a Alfred Agache para trabalhar, entre 1927 e 1930, num novo plano para a cidade. Trazendo na bagagem a experiência da elaboração de diversos planos urbanísticos para cidades européias e várias publicações sobre o assunto, seu plano de “remodelação, extensão e embelezamento” para o Rio não foi implantado, porém serviu de referência para intervenções futuras na cidade, além de ter rendido, para o seu responsável, convites para atuar em várias outras cidades brasileiras.<sup>14</sup> Em São Paulo, Prestes Maia apresenta, pela primeira vez, em 1930, seu Plano de Avenidas, implantado alguns anos mais tarde e que abrirá a possibilidade de expansão futura da capital paulista. Em Belo Horizonte, o plano elaborado pela Comissão Construtora no final do século XIX já é objeto de um conjunto de críticas que apontam seus limites e deficiências, às quais o engenheiro Lincoln Continentino tentará responder com um “plano de urbanização” que, se não chegou a ser implantado integralmente, serviu de baliza para várias intervenções. Em Porto Alegre, Gladosh propõe o Plano Diretor do Município (1938-1943), e em Recife, palco de uma intensa discussão urbanística, registra-se a apresentação de diferentes propostas para a cidade, como o Plano de Remodelação e Extensão (1932) de Nestor de Figueiredo; o Plano de Remodelação (1936) de Atílio Corrêa Lima; as Sugestões ao Plano de Reforma (1943) de Ulhôa Cintra, a que se segue a reforma do bairro de Santo Antônio, já na década de 40. A passagem da primazia dos planos de saneamento e de embelezamento, característicos dos primeiros anos do século, para práticas de cooperação entre diversos profissionais, além de uma preocupação cada vez maior com a gestão urbana, marca o início de uma acentuada influência norte-americana no campo do urbanismo e do planejamento. Segundo Sarah Feldman, é esse o momento em “...que múltiplos olhares constroem a teia de incorporação do ideário urbanístico americano no Brasil”, com a criação de Comissões do Plano em várias cidades e uma nítida vinculação a um processo mais amplo da reforma administrativa deslançada por Vargas.<sup>15</sup>

Embates – algumas vezes explícitos, outras nem tanto – entre diferentes concepções de urbanismo e de cidade caracterizam o período, mas também processos mais complexos de circulação e incorporação de diferentes idéias e propostas nesse campo. Dentre os embates, impossível não pensar na simultaneidade com que Agache e Le Corbusier apresentam suas propostas para o Rio de Janeiro, em 1929, ou a confrontação das propostas para a Universidade do Brasil, também no Rio de Janeiro, em 1936. No plano dos embates entre defensores nacionais de diferentes ideários urbanísticos é bastante emblemático aquele ocorrido em 1934, por ocasião

do concurso para a cidade industrial de Monlevade, em Minas Gerais, do qual participam, dentre outros, Lucio Costa – autor de uma proposta que, se não pode ser caracterizada como sendo de “urbanismo modernista”, pelo menos era bastante afinada com um “espírito modernista” – e o engenheiro Lincoln Continentino, autor do projeto vencedor.<sup>16</sup>

A presença de urbanistas estrangeiros de variadas correntes ajuda a alimentar o meio profissional brasileiro com diferentes visões de cidade e de urbanismo. Além da presença de Agache, que residiu no país por duas ocasiões, ou ainda da de Le Corbusier, concentrada nas visitas de 1929 e 1936<sup>17</sup>, mas com potente impacto no meio dos arquitetos, pode-se citar também a temporada brasileira, muito menos conhecida do que as outras, de Frank Lloyd Wright. Ocorrida em 1931, para a participação no júri do concurso do Farol de Colombo, ela parece ter tido uma repercussão expressiva nos meios estudantil e profissional do Rio de Janeiro, além de ter suscitado a publicação de alguns artigos em jornais locais. Não deixa de ser interessante indagarmos sobre qual teria sido o impacto dessa visita, quando nos lembramos que, na época, a cidade era uma grande preocupação de Wright (naquele momento, ele estava preparando *The Disappearing City*, que seria publicado em 1932).<sup>18</sup>

A partir dos anos 30, ampliam-se também os outros mecanismos já consolidados de acesso à atualização e à formação profissionais na área do urbanismo, com a multiplicação de congressos sobre a cidade, a arquitetura, o urbanismo e a habitação; com o desenvolvimento acentuado do meio editorial especializado (livros e revistas); com a ação de órgãos de representação profissional; e, finalmente, com a inclusão da disciplina urbanismo nos cursos de arquitetura e com a estruturação de uma formação específica em urbanismo.

Com relação aos congressos por onde, na época, circulavam e eram difundidas as idéias relativas à arquitetura, ao urbanismo, à cidade ou à habitação, alguns merecem um destaque especial pelo papel que representaram na reflexão sobre o urbanismo. É o caso do 4º. *Congresso Pan-americano de Arquitetos*, realizado, como já mencionamos, no Rio de Janeiro, em 1930, e do qual participou grande parte dos arquitetos e urbanistas mais expressivos do período, como Attilio Corrêa Lima, Affonso Eduardo Reidy, Flávio de Carvalho, Lucio Costa, Prestes Maia e Armando de Godoy. Nele, Prestes Maia expôs o seu Plano de Avenidas para São Paulo e Armando de Godoy apresentou uma comunicação (naquela época dizia-se “tese”) intitulada *A Ocupação Racional dos Terrenos nas Cidades*, sobre o parcelamento do solo, já com referência a moldes americanos. O *I Congresso de Habitação*, realizado em São Paulo, em 1931, é outro importante marco, com discussões que se referem à legislação municipal e, o que é muito interessante, com referências à tese

apresentada por Ernst May no II CIAM, ocorrido em Frankfurt, um pouco antes, em 1929.<sup>19</sup> O I Congresso Brasileiro de Urbanismo, realizado no Rio de Janeiro, em 1940, propiciou um bom panorama das preocupações urbanísticas do momento. Teve a participação de modernistas, como Carmem Portinho, Atílio Corrêa Lima, Affonso Eduardo Reidy e Oscar Niemeyer, mas não só. Dele também participaram José Estelita, Nestor de Figueiredo e Lincoln Continentino. Reveladora de novas idéias que estavam começando a surgir e que iriam frutificar nos anos 50 e 60 foi a idéia de um planejamento integrado, defendida pelo engenheiro Mário de Sousa Martins, que sugeria a criação de um Departamento Nacional de Urbanismo, com a missão de orientar os estudos e realizações urbanísticas em todo o território nacional. Propôs diretrizes para os Planos Diretores e, numa escala maior, para os Planos Regionais de Desenvolvimento, acima dos quais um Plano Nacional teria papel coordenador. Também nesse congresso Lincoln Continentino apresenta seu Plano de Urbanização para Belo Horizonte e Francisco Batista de Oliveira, uma proposta de Código Urbanístico Brasileiro, anteprojeto de lei inspirado nos códigos vigentes na Itália, França e Inglaterra.

Sem se descuidar das questões relacionadas à formação, esses congressos tinham um cunho marcadamente profissional e constituíam-se em arenas privilegiadas onde eram apresentadas propostas técnicas para solução de problemas específicos, incluindo-se aí as referentes a planos e projetos e a legislação. A partir dos anos 30, nota-se uma tendência à multiplicação desses encontros, que passam a acontecer em várias cidades, e se voltam para discussões cada vez mais especializadas (como, por exemplo, gestão municipal, viação, transporte). Nos anos 40, iniciam-se os Congressos Brasileiros de Arquitetos, voltados para a reestruturação dos cursos de Engenharia e Urbanismo e até mesmo são promovidos encontros por estudantes de Arquitetura (como o 1º Congresso Brasileiro de Estudantes de Arquitetura, realizado em Salvador, em 1953). Além dos congressos seriados em âmbito nacional e internacional, acontecem também aqueles de âmbito local, porém com grande impacto sobre os desdobramentos urbanísticos posteriores na cidade em que aconteciam, como foi o caso da *Semana de Urbanismo*, em Salvador, em 1937, organizada pela Comissão do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador. Como fóruns onde se buscava discutir alternativas para a solução dos problemas enfrentados por arquitetos e urbanistas, parece ter sido notável a importância que esses eventos tiveram na difusão de novas idéias no meio profissional, como deixa perceber o depoimento de Eduardo Kneese de Mello, ao relatar como ele, ao participar do V Congresso Pan-Americano de Arquitetos, realizado em Montevidéu, em 1940, chega “ecclético” e sai “convertido” à arquitetura moderna<sup>20</sup>...



No que diz respeito às publicações, o período 1930-1960 apresenta significativas mudanças. Para o período 1930-1939, uma ampla maioria (em torno de 68%) dos livros repertoriados no banco documental da rede *Urbanismo no Brasil* com a palavra “cidade”, em seu título ou na descrição de seu conteúdo, é constituída por obras técnicas em línguas estrangeiras (principalmente em inglês – o que já sinaliza uma mudança nos eixos de referência dos técnicos brasileiros – , mas também em francês, italiano, alemão, espanhol), relacionadas sobretudo à infra-estrutura (saneamento, viação, transportes). Dentre os destaques que mostram o enriquecimento da bibliografia brasileira, vale citar a publicação de propostas urbanísticas para diferentes cidades brasileiras (como a de Agache para o Rio de Janeiro, em 1930; e o *Plano de Urbanização para Belo Horizonte*, de Lincoln Continentino, em 1938); a preocupação com a produção de manuais de difusão, como *Noções Elementares de Urbanismo*, de Francisco Baptista de Oliveira, publicado em Juiz de Fora; ou ainda das *Normas Gerais de Construção e Urbanismo para as Cidades do Interior*, publicada pelo Departamento das Municipalidades de São Paulo, em 1939, numa clara manifestação da interiorização das preocupações com o urbanismo. Em Salvador, a Comissão do Plano de Urbanismo, que organizara a Semana de Urbanismo, em 1937, publica em livro as diversas contribuições apresentadas nesse evento, as quais se tornam referenciais no plano local. No período de 1940 a 1949, decai a percentagem de obras estrangeiras repertoriadas no citado banco documental (são agora em torno de 44%), mas parece haver uma ampliação das obras publicadas no Brasil, que passam a incluir, além de temas relacionados à infra-estrutura, diversos títulos sobre administração municipal, legislação, serviços públicos, etc. Começam a surgir traduções de obras estrangeiras de caráter bem pontual (p.ex., *Os Transportes Coletivos e sua Reorganização na Alemanha*, publicada em 1941). É nessa época (1944) que se inicia a publicação das *Obras Completas de Saturnino de Brito* pela Imprensa Nacional ou que Josué de Castro publica *Fatores de Localização da Cidade do Recife* (1948). Dentre os urbanistas, Prestes Maia destaca-se com a produção de diversos trabalhos. Na década de 50, constatam-se uma diminuição considerável do percentual de obras estrangeiras (24%) e algumas mudanças importantes, como o aparecimento da dimensão metropolitana e regional e a preocupação com o meio ambiente urbano. Em 1957, começa a ser publicada pelo IBGE a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Merece destaque também uma produção regional, inclusive com densidade teórica, de que Salvador e Recife são bons exemplos. Podemos citar as *Conferências sobre Planejamento Urbano* de Antônio Bezerra Baltar, publicadas pela Escola de Belas Artes da Universidade da Bahia, em 1957; e, do mesmo autor, as *Teses e Conferências sobre Problemas de Urbanismo e Área Metropolitana*, publicadas no Recife, em 1956. É também quando são publicados os primeiros

livros de Milton Santos, *O Centro da Cidade do Salvador* e *a Rede Urbana do Recôncavo*, ambos de 1959. Referência especial, porque diz diretamente respeito ao tema central deste trabalho, é a publicação, também em Salvador, de uma edição comentada da *Carta de Atenas*, pelo arquiteto Admar Braga Guimarães, em 1955.<sup>21</sup> O objetivo do organizador do trabalho era divulgar esse documento e situá-lo dentro das preocupações dos CIAMs, tendo sido ele traduzido da *Town Planning Chart*, apensada ao livro *Can Our Cities Survive*, de Josep Lluís Sert. “*Interessantes são as notas e comentários que o autor introduz ao longo do texto, especificando, para a realidade de Salvador, os conceitos e orientações emitidos na carta, ao mesmo tempo em que discorre sobre o EPUCS, o plano elaborado para a cidade entre 1942 e 1941. Como anexos, encontram-se a Declaração de Princípios do EPUCS, o decreto-lei Municipal no. 701, que regulamenta o plano, e uma relação dos congressos e publicações dos CIAMs*”<sup>22</sup>.

No que diz respeito aos periódicos, o dado novo aqui é o aparecimento de revistas na área de arquitetura<sup>23</sup>, cujo espaço concedido ao urbanismo irá se ampliando à medida que vai aumentando o envolvimento dos arquitetos nesse campo. Destaque-se a atuação da *Revista da Diretoria de Engenharia*, criada em 1932 pela Prefeitura do então Distrito Federal, sob a liderança da engenheira Carmem Portinho. De grande longevidade (só foi extinta em 1993), ela teve outras denominações ao longo do tempo.<sup>24</sup> Não contemplava apenas assuntos referentes ao Rio de Janeiro, mas também sobre outras cidades, além de discussões sobre urbanismo em geral. Foi provavelmente a revista brasileira que, no período, publicou o maior número de artigos especializados sobre a cidade e o urbanismo, com grande abertura para o que se passava em outros países e particular sensibilidade às idéias modernistas, advindas das posições defendidas por sua criadora e por uma boa parte de seus colaboradores.

No que diz respeito à criação de órgãos de representação profissional, pode-se dizer que, após as lutas para a regulamentação profissional, entre os anos 20 e o início dos anos 30, eles concederão um espaço crescente às discussões relativas à cidade e ao urbanismo, como é o caso da Sociedade Mineira de Engenharia, através de sua *Revista Mineira de Engenharia*. O Instituto dos Arquitetos do Brasil, criado em 1921, terá importante papel na difusão da arquitetura e do urbanismo do Movimento Moderno desde o final da década. Com relação ao desenvolvimento de uma formação específica na área de urbanismo no Brasil, sabe-se que, na curta gestão de Lucio Costa à frente da ENBA, em 1930, ele convida Atílio Correia Lima, então recém-chegado do Institut d’Urbanisme de Paris, para organizar a cadeira de Urbanismo no curso de Arquitetura, experiência que, de resto, não foi adiante. Por volta do início dos anos 50, entretanto, três cursos de especialização em urbanismo

já haviam sido criados no país: no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em Porto Alegre.

**6** É dentro do quadro geral dessa cultura profissional, que se desenvolve desde a segunda metade do século XIX e que apresenta claros sinais de consolidação ao longo da primeira metade do século XX, que devem ser analisadas as contribuições advindas das visitas de Le Corbusier, e através delas, a penetração do pensamento que estava sendo formulado pelo *mainstream* dos CIAMs. Visitando o Brasil logo após a realização do 1º congresso em La Sarraz, Suíça (junho de 1928), e estabelecendo, desde então, laços duradouros com os arquitetos brasileiros – os quais, como se sabe, não foram destituídos de tensão<sup>25</sup> –, é compreensível que Le Corbusier tenha se tornado um elemento-chave na divulgação local das discussões e proposições apresentadas nesses congressos.

Apesar do reconhecimento da importância das idéias divulgadas nos CIAMs (ou, pelo menos, pelo *mainstream* corbusiano) para a história da arquitetura e do urbanismo no Brasil, boa parte da bibliografia brasileira sobre o assunto quase nunca leva em consideração a dinâmica das discussões que caracterizaram esses encontros e as tensões que os atravessaram – sobretudo a partir do imediato pós-guerra – e que levaram à sua dissolução, no final dos anos 50. Balizar essa dinâmica torna-se interessante na medida em que abre a perspectiva de uma indagação (de resto não aprofundada neste texto) sobre seus eventuais ecos no meio profissional brasileiro. No processo histórico em que esses congressos se constituem e se desagregam, a Segunda Guerra Mundial representa um divisor de águas de fundamental importância. Do fim da guerra, em 1945, ao final dos anos 50, assiste-se ao processo que leva os CIAMs da posição de vanguarda, que eles ocuparam no pré-guerra, à condição de *establishment*, num movimento em que eles vão se tornando alvo de várias (e cada vez mais contundentes) críticas, tanto internas quanto externas. Na perspectiva de Eric Mumford<sup>26</sup>, essas críticas tiveram particular peso nos Estados Unidos, país onde sempre foi complicada a organização de um grupo nacional dos CIAMs, apesar do clima favorável propiciado pela política urbana do *New Deal* e do grande número de participantes europeus desses congressos que para lá se dirigiram com a eclosão do conflito mundial. Ainda segundo Mumford, foi fria a acolhida que o meio profissional americano reservou ao livro *Can Our Cities Survive?*, em que Josep Lluís Sert, então tentando se estabelecer nos EUA, oferece sua versão dos resultados do célebre congresso de 1933.<sup>27</sup>

No início da década de 40, a grande questão que os CIAMs se colocavam, política e estrategicamente, era a reconstrução das cidades destruídas pela guerra, problema que deveria ser enfrentado tão logo terminasse o conflito. No imediato pós-guerra, porém, começam a ganhar rápido espaço as críticas à falta de significado da

arquitetura moderna e à sua falta de apelo para “o homem da rua”, desenvolvendo-se, a partir daí, preocupações contextualistas em várias direções, visando a uma “humanização do funcionalismo” e a uma “acomodação” da nova arquitetura à tradição. No primeiro congresso realizado no pós-guerra, o CIAM 6, em Bridgwater (Inglaterra), em 1947, a discussão sobre o funcional parece já ceder um espaço maior às questões estéticas, além de começarem a surgir dúvidas sobre as possibilidades de concretização de uma realidade social melhor a partir de intervenções urbanísticas. É nesse momento que o descontentamento das novas gerações com as posições dominantes no CIAM encontra expressão na crítica do jovem Aldo Van Eyck, de que o “CIAM sabe que a tirania do senso comum cartesiano chegou ao seu estágio final”<sup>28</sup>. É também nesse congresso que o grupo inglês MARS – *Modern Architectural Research* distancia-se do espírito dos CIAMs de antes da guerra. Dois anos depois, a realização do 7º congresso, em Bérgamo, Itália, confirma a instalação de uma séria crise. A preocupação com a restauração dos centros históricos na Itália do pós-guerra ganhava fôlego e alimentava as críticas, embora os projetos expostos ainda fossem fortemente influenciados por Le Corbusier. Bruno Zevi, em uma carta enviada aos participantes do congresso, critica a incapacidade de o CIAM acompanhar as mudanças e enfrentar o desafio de se pensar historicamente.

É possível que essas críticas tenham ecoado na escolha do tema do congresso seguinte, o CIAM 8, ocorrido novamente na Inglaterra, em Hoddesdon, em 1951, e que trouxe para discussão o “coração da cidade”, *The Heart of the City*, como tema aglutinador de interesses específicos. Essa preocupação expressava a realidade da reconstrução das cidades européias bombardeadas durante a guerra; a criação das *new towns* inglesas; e a rápida suburbanização nos EUA. Talvez se possa dizer que esse congresso foi o mais significativo do pós-guerra, ao buscar discutir o espaço público, as perspectivas de uma arquitetura social fora do socialismo, e a preocupação com os centros históricos e a monumentalidade como possibilidades de reconstrução da urbanidade na segunda metade do século XX.

O CIAM 9, realizado em Aix-en-provence (França), em 1953, foi o maior congresso em termos de assistência, embora a cisão de gerações já estivesse claramente instalada. A consciência de novas realidades locais estava expressa pelas tendências representadas pelos Smithsons, pelos grupos da África do Norte e pelo Team X. A idéia de uma “ressignificação urbana”, que propõe a cidade como idéia do cidadão, revela bem o tom das preocupações colocadas. Naquele momento, entretanto, o fim dos CIAMs já estava próximo. Os jovens ingleses e os holandeses do Team X, a quem coube a organização do congresso seguinte – que acabou acontecendo em Dubrovnik, em 1956, e não em Argel, como tinha sido inicialmente pensado –,

colocavam ênfase na recusa do legado que o CIAM carregava, identificando-o como “*ciência demais contra a emoção*”. Le Corbusier, que não participa do congresso, envia uma carta, perguntando-se “*crise ou evolução? A nova geração assume agora o comando*”. O fim definitivo do CIAM só viria, entretanto, 3 anos depois, em Otterlo (Holanda), no CIAM 59, no qual holandeses e italianos foram os principais responsáveis por contundentes críticas ao tipo de urbanismo defendido pelo *mainstream* do CIAM, baseando-se, para isso, num questionamento sobre o papel que a cultura e o contexto deveriam desempenhar no projeto urbano.

Uma questão que ainda permanece, em grande parte, em aberto é a maneira como os arquitetos e urbanistas brasileiros se colocavam frente a essas discussões – na hipótese, é claro, de estarem acompanhando o que ocorria nesses encontros. De certa maneira, isso se dava, pelo menos no que concerne a algumas dessas discussões, ainda que de forma muito restrita, através de publicações como a já citada *Revista da Diretoria de Engenharia*, que concedia espaço para a divulgação de matérias sobre o CIAM, o CIRPAC, o grupo MARS, etc.<sup>29</sup> Por outro lado, o fato de o “grupo carioca” de arquitetos ter mais contato com o *mainstream* do CIAM, a partir de suas relações com Le Corbusier, Giedion e Sert, baliza, de certa forma, o tipo de discussão a que o meio profissional tinha acesso no Brasil.

Há de se lembrar também – até mesmo porque este é um ponto que está a exigir maior aprofundamento – que a presença dos brasileiros nos CIAMs sempre foi muito restrita, apesar de, como se sabe, Le Corbusier ter convidado Gregori Warchavchik para ser o representante da América do Sul naquele grupo desde 1929, e apesar de Oscar Niemeyer ter sido um dos poucos sócios individuais que os CIAMs tiveram. Tem-se notícia de poucas ocasiões em que algum brasileiro estivesse presente em um congresso. Sabe-se que, no CIAM 5 (Paris, 1937), Warchavchik e Costa constam como delegados e que, no CIAM 7, o arquiteto Flávio Régis teria representado o Brasil. O registro da exibição de projetos brasileiros nos CIAMs também é muito limitado, existindo referências à exposição, no congresso de Bergamo, do projeto de Pedregulho e de um outro conjunto habitacional no Rio, de autoria de Flávio Régis.<sup>30</sup>

Na realidade, as dificuldades dos brasileiros em integrarem-se de uma maneira mais efetiva aos CIAMs começavam dentro de casa, pela própria complicação em se organizarem internamente como um grupo nacional, apesar da expectativa favorável que os dirigentes desses encontros tinham com relação a isso. Em meados dos anos 1940, Oscar Niemeyer, na qualidade de presidente escolhido pelos colegas, comunica ao Secretário-Geral Giedion que o grupo brasileiro havia finalmente se constituído, embora isso aparentemente não tenha significado um maior envolvimento dos brasileiros com os congressos posteriores.<sup>31</sup> Em que pese o relativo



distanciamento dos arquitetos e urbanistas brasileiros da cena principal em que ocorriam esses debates, que pretendiam mudar a feição, a produção e o uso do espaço construído, foi inegável o impacto que o ideário disseminado pelos CIAMs teve na configuração da cultura urbanística brasileira do século XX. Resta ver como isso teria acontecido.

**8** É claro que, de um lado, podemos identificar, no Brasil, aqueles projetos urbanísticos de inequívoca filiação ao ideário modernista, dentre os quais vários conjuntos habitacionais, *campi* universitários, centros administrativos, além de planos de cidades novas, de que são bons exemplos os projetos que participaram do concurso de Brasília. Nabil Bonduki lembra oportunamente que, mesmo aqueles conjuntos habitacionais glorificados por suas qualidades particulares, como o de Pedregulho, de autoria de Affonso Eduardo Reidy, no Rio de Janeiro, não devem ser considerados como obras de exceção, mas sim situados no contexto de um ciclo de projetos habitacionais que propiciou a renovação da cultura arquitetônica e urbanística no Brasil.<sup>32</sup> Segundo Bonduki, parte significativa dos arquitetos envolvidos com a produção de habitação social no Brasil adotou os pressupostos do Movimento Moderno, em busca de “*economia, prática, técnica e estética*” – conforme justificado em texto de 1940 pelo arquiteto Carlos Frederico Ferreira, autor do Realengo, primeiro conjunto habitacional construído no Brasil e que coordenou o setor de arquitetura do IAPI até 1964.<sup>33</sup> Os *campi* universitários foram também um pioneiro e longo campo de experimentação das idéias funcionalistas, através de um amplo conjunto de projetos pelo país afora, desde a polêmica em torno do projeto para a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em meados dos anos 30, até aqueles construídos nos anos 70, em função da multiplicação de universidades públicas nas diversas regiões do país. O projeto de Oscar Niemeyer para o Instituto Tecnológico de Aeronáutica- CTA (1947), em São José dos Campos, também pode ser lembrado. Um bom exemplo de centro administrativo inspirado no mesmo ideário e localizado distante dos centros tradicionais das cidades é o de Salvador, criado na década de 70 e objeto de uma primeira proposta de Lucio Costa. Sem querer multiplicar exemplos, ainda poderíamos incluir, nessa lista sumária, alguns parques (como o Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro), ou áreas de expansão residencial, como o projeto de Costa para a Barra da Tijuca, também no Rio, no final da década de 60.

Em comum, todos esses exemplos têm o fato de se referirem a propostas para zonas livres (ou com precária e rarefeita ocupação), e aí se encontra talvez a primeira e mais óbvia explicação para o fato de que, apesar da importância que o ideário modernista teve na constituição de uma cultura urbanística no país, as realizações que com ele se identificam plenamente acabam sendo em número relativamente restrito. A independência que os pressupostos desse tipo de urbanismo pretendia

estabelecer com relação às pré-existências limitava sua aplicação em áreas construídas, principalmente aquelas densamente ocupadas, como os centros de cidade, devido à completa reformulação que elas implicavam, com tudo que isso representava de custos financeiros e sociais. Mesmo sua inserção em áreas livres no centro – como aquelas propiciadas pelo desmonte dos morros do Castelo e de Santo Antonio, no Rio de Janeiro – não deixava de apresentar entraves, como no caso dos planos não realizados (ainda que devido a um conjunto de fatores) que Reidy para elas elabora, respectivamente, em 1938 e 1948.<sup>34</sup>

A complexidade de problemas locais a enfrentar em todas as suas dimensões (técnicas, econômicas, legais, etc.), e que exigem, portanto, respostas adaptadas a cada caso e, se possível, referenciadas a soluções bem sucedidas, aliada às especificidades da própria cultura profissional já estabelecida em um determinado local, parecem marcar os limites da inserção de novas idéias no campo do urbanismo. Longe de ser um fenômeno brasileiro, ou circunscrito ao âmbito das dificuldades enfrentadas pelo ideário modernista, a complexidade do processo de circulação de idéias e modelos urbanísticos parece ter uma clara dimensão internacional.<sup>35</sup>

No caso específico do papel que o ideário modernista desempenhou na configuração da cultura urbanística no Brasil, a produção historiográfica recente tem nos sugerido que, mais do que em face de processos “contraditórios” na formação dessa cultura, estaríamos diante de processos marcados pela “mescla” e pelo “hibridismo”, representado pelo recurso simultâneo a diferentes fontes de referência. Nesse sentido, é revelador o exame da proposta do EPUCS – Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador, experiência pioneira desenvolvida na capital baiana entre 1946 e 1952, que nos mostra como, no seu embasamento, encontramos uma forte presença do pensamento de Patrick Geddes, através da preocupação com um extenso *survey* sobre as condições gerais da cidade, do de Burgess, através da formulação centrada na cidade mononuclear e concêntrica; no de Eugène Hénard, no que diz respeito à lógica radioconcêntrica, bem como na *ville radieuse* de Le Corbusier, particularmente no que diz respeito a uma grande estação de transbordo central.<sup>36</sup>

O pensamento de vários urbanistas do período revela com clareza esse processo: é o caso, por exemplo, de Antonio Baltar, no Recife, que vai beber tanto na fonte do movimento Economia e Humanismo, liderado pelo Padre Lebrecht, quanto nos ensinamentos do CIAM.<sup>37</sup> Ou no de Adalberto Szilard, que, no Rio de Janeiro, entre os anos 40 e 50, vai tentar conciliar e estabelecer uma síntese entre propostas tão diversas quanto as de Le Corbusier, Eero Saarinen, Gaston Bardet, Frank Lloyd Wright ou Werner Hegemann, em busca de um referencial para a intervenção na cidade existente.<sup>38</sup> Mesmo no âmbito de alguns arquitetos modernistas, pode-se

observar o polimorfismo de um ideário que eles souberam enriquecer (ou problematizar) pelo contato entre diferentes formas de ver a cidade, como a do então jovem Rino Levi que, nos anos 20, busca estruturar um pensamento crítico com relação à cidade brasileira a partir de uma leitura das idéias corbusianas, dos princípios da *Edilizia cittadina*, de Piacentini, e dos ensinamentos de Gustavo Giovannoni sobre arte e técnica.<sup>39</sup> Ainda no âmbito dos modernistas, também não deixa de ser revelador certo “descompasso” entre a visão de arquitetura antenada com o pensamento vanguardista que Attilio Correa Lima demonstra em seu projeto arquitetônico para a Estação de Hidroaviões (1938), no Rio de Janeiro – onde explora a potencialidade dos vãos livres, dos pilotis, da cortina de vidro, da integração entre espaço interno e espaço externo, e de uma pioneira integração da arquitetura com jardins externos de plantas tropicais – e as ressonâncias tradicionais de seu projeto para Niterói ou para Goiânia.

A reflexão sobre os mecanismos de circulação de idéias e modelos no meio profissional brasileiro, na primeira metade do século XX, revela-nos os complexos e polimórficos caminhos de uma cultura urbanística sempre em busca de respostas possíveis à incessante transformação das cidades, num processo no qual diferentes formas de entender a cidade podiam se associar na estruturação do pensamento de um determinado autor, ou no delineamento de uma determinada intervenção.

Apesar de pouco numerosos, os exemplos acima citados sugerem-nos como, no caso brasileiro, o “polimorfismo” do urbanismo modernista parece incluir tanto adesões claras e afinadas com o pensamento corbusiano, como nos exemplos de Affonso Eduardo Reidy e de Lucio Costa (o que não exclui, evidentemente, a riqueza da contribuição e das interpretações individuais desses arquitetos), quanto situações em que a incorporação parcial de idéias defendidas pelo Movimento Moderno trabalhava articuladamente a outras formas de compreensão da cidade e de premissas para a intervenção, o que configura aproximações diversas, parciais, fragmentárias do ideário propagado pelos CIAMs, em aliança com outras tendências, sem falar, é claro, que esse novo ideário trazia consigo a vasta herança de uma cultura de área, formulada e desenvolvida ao longo dos séculos.<sup>40</sup>

Isso nos faz pensar que o Movimento Moderno marcou muito mais as cidades brasileiras através da arquitetura do que através do redesenho segundo os princípios urbanísticos que defendia.<sup>41</sup> Porém, talvez, a forma mais eficaz e duradoura com que os princípios do urbanismo modernista interferiram e configuraram o espaço das cidades brasileiras tenha sido a partir do momento em que, entre os anos 50 e 70, eles penetram na legislação urbana (ainda que em versões “empobrecidas”<sup>42</sup>) e pautam as políticas de agentes como o BNH, o SERFHAU e as COHABs<sup>43</sup>, que contribuirão para a generalização e depauperamento de princípios urbanísticos que,

aplicados de forma indiscriminada e burocratizada, servirão tanto para o esvaziamento de certas áreas da cidade, quanto para a criação de vastas e desoladas periferias.

Concluindo, poderíamos dizer que, se, no início deste texto, falávamos que a expressão “urbanismo moderno” remete a uma polifonia de propostas sobre a cidade, sem dúvida aquela de “urbanismo modernista” não é menos destituída de ambigüidades, na medida em que ela tanto pode encobrir posições bastante diferenciadas face às mesmas questões – como no caso das discussões travadas no interior dos próprios CIAMs – quanto escamotear as complexas configurações do pensamento e de prática urbanística em boa parte do século XX, de que a experiência brasileira pode ser considerada um bom exemplo.

**Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes**

é professor da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.

## Notas

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão revista da comunicação de mesmo título apresentada no XI Encontro Nacional da ANPUR - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Salvador, 2005). Ele apresenta alguns resultados parciais da pesquisa *Urbanismo Modernista no Brasil: Interlocuções Internacionais e Formas de Difusão, 1929-1956*, em desenvolvimento desde 2003, com o apoio do CNPq.

<sup>2</sup> Ver, p.ex., FERNANDES, A.; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Pesquisa Recente em História Urbana no Brasil: Percursos e Questões. In: PADILHA, Nino (org.). *Cidade e Urbanismo; História, Teorias e Práticas*. Salvador: MAU/UFBA, 1998 p. 13-28; FERNANDES, A.; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. História da Cidade e do Urbanismo no Brasil: Reflexões sobre a Produção Recente. *Cienc. Cult.*, v. 56, n. 2, p. 23-25, abr./jun, 2004; e PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Retraçando Percursos: O Papel dos Seminários de História da Cidade e do Urbanismo na Constituição de um Campo de Estudos. In: PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (orgs.). *A Cidade como História; Os Arquitetos e a Historiografia da Cidade e do Urbanismo*. Salvador: EDUFBA; PPGAU-UFBA, 2005, p. 19-42

<sup>3</sup> É importante ressaltar o papel de catalisação (e, de certa forma, de incitação) que a ANPUR teve nesse processo – associadamente ao desenvolvimento e consolidação da pós-graduação na área de Arquitetura e Urbanismo no país –, ao incluir em seus encontros nacionais uma sessão temática dedicada à dimensão histórica dos processos urbanos, e ao acolher, em sua programação bianual, os *Seminários de História da Cidade e do Urbanismo*, criados em Salvador e que já contabilizam um total de oito edições: Salvador (1990, 1993, 2002), São Carlos (1994), Rio de Janeiro (1996), Campinas (1998), Natal (2000) e Niterói (2004).

<sup>4</sup> Iniciativas como a rede de pesquisa Urbanismo no Brasil, criada em 1992, constituída por pesquisadores de oito universidades brasileiras, representou um importante estímulo para o desenvolvimento dessa linha.

<sup>5</sup> Trata-se de eventos organizados pelo núcleo brasileiro do *International Working Party for Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighborhoods of the Modern Movement*. Já contou com cinco edições: Salvador (1995, 1997), São Paulo (1999), Viçosa (2001) e São Carlos (2003).

<sup>6</sup> Estas são as duas principais vertentes da pesquisa *Urbanismo Modernista no Brasil: Articulações Internacionais e Formas de Difusão, 1929-1956*, na qual se insere esta comunicação.

<sup>7</sup> Sobre formação profissional, ver o recém lançado *Os Arquitetos da Poli; Ensino e Profissão em São Paulo*, de Sylvia Ficher (São Paulo, EDUSP, 2005).

<sup>8</sup> Para um amplo panorama sobre a questão, ver os artigos e verbetes reunidos em LEME, Maria Cristina da Silva (org.). *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: Nobel; FUPAM. 1999. 599 p.

<sup>9</sup> Cf. ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. A Construção Historiográfica da Cidade e do Urbanismo Moderno no Brasil: O Caso das Cidades Novas Planejadas. In: PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (orgs.). *A Cidade como História; Os Arquitetos e a Historiografia da Cidade e do Urbanismo*. Salvador: EDUFBA; PPGAU-UFBA, 2005, p. 73-90.

<sup>10</sup> Disponível em [www.urbanismobr.org](http://www.urbanismobr.org)

- <sup>11</sup> Ainda é restrita a bibliografia sobre esses eventos. Ver ATTIQUE, Fernando. O Debate sobre Habitação nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos: 1920-1940. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, Salvador. *Anais.*, Salvador, 2005.
- <sup>12</sup> É o caso, por exemplo, da *Revista do Clube de Engenharia*, publicada no Rio de Janeiro a partir de 1887 (com descontinuidades e com outro nome – *Engenharia em Revista* – ela é publicada até hoje); da *Revista Egatea*, publicada pela Escola de Engenharia de Porto Alegre, de 1914 a 1934; a *Revista de Engenharia Mackenzie*, publicada em São Paulo, de 1915 a meados dos anos 80; da *Revista Brasileira de Engenharia*, publicada no Rio de Janeiro, de 1920 a 1942; do *Boletim de Engenharia*, publicado pelo Clube de Engenharia de Pernambuco, de 1923 a 1937. A mais antiga de todas parece ser a *Revista de Engenharia*, de São Paulo, que teve duas fases: de 1879 a 1884 e de 1911 a 1913 (Fonte: Banco Documental da Rede Urbanismo no Brasil: [www.urbanismobr.org](http://www.urbanismobr.org))
- <sup>13</sup> SOUZA, Célia Ferraz de. Trajetórias do Urbanismo em Porto Alegre. In: LEME, M. C. da S. (org.). *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: Nobel; FUPAM, 1999, p.91.
- <sup>14</sup> LEME, M. C. da S. *Op. Cit.*, p. 545-6.
- <sup>15</sup> FELDMAN, Sarah. Os Anos 30 e a Difusão do Urbanismo Americano no Brasil. In: *SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO*, 6. *Anais*. Natal, 2000. CD-Rom.
- <sup>16</sup> LIMA, Fabio Jose Martins de. *Por uma Cidade Moderna: Ideários de Urbanismo em Jogo a Partir do Concurso para Monlevade, 1931-1943*. Tese de Doutorado apresentada à FAUUSP, 2003.
- <sup>17</sup> Houve ainda uma 3ª. viagem de Le Corbusier ao Brasil, em 1962, ao final de sua vida, ocasião em que visitou o Rio de Janeiro e Brasília, porém sem o mesmo impacto de suas viagens anteriores no meio profissional brasileiro.
- <sup>18</sup> SANTOS, Paulo. *Quatro Séculos de Arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, 1981. É uma das poucas fontes sobre a viagem de Wright ao Brasil. Registre-se, recentemente, o lançamento de IRIGOYEN, Adriana. *Wright e Artigas; Duas Viagens*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- <sup>19</sup> Cf. BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- <sup>20</sup> Cf. SAMPAIO, Maria Ruth do Amaral. *A influência da Arquitetura Moderna em Alguns Conjuntos Habitacionais Construídos pelos IAPS em São Paulo*.
- <sup>21</sup> Trata-se de uma edição do Diretório Acadêmico da Escola de Belas Artes.
- <sup>22</sup> Fonte: *A Carta de Atenas*. Guimarães, Admar Braga. In: [www.urbanismobr.org](http://www.urbanismobr.org)
- <sup>23</sup> Como *Arquitetura, Engenharia, Decoração, Urbanismo* (BH, 1935); *Acrópole* (SP, 1938); *Arquitetura e Engenharia* (BH, 1946); *Arquitetura e Urbanismo* (RJ, 1936); *Revista de Arquitetura* (RJ, 1934); e *Habitat* (SP, 1950)
- <sup>24</sup> *Revista Municipal de Engenharia e Revista de Engenharia do Estado da Guanabara*.
- <sup>25</sup> Referência fundamental sobre essas relações é SANTOS, Cecília Rodrigues do et al. *Le Corbusier e o Brasil*. São Paulo: Tessela; Projeto, 1987. 301 p.
- <sup>26</sup> Cf. MUMFORD, Eric. *The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1969*. Cambridge, MA; London, UK, The MIT Press, 2000. É principalmente a ele que estamos recorrendo no rápido apanhado sobre a história dos CIAMs, feito a seguir, ainda que tenhamos nos servido também de outras contribuições, como FRAMPTON, Kenneth. *História Crítica da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997 e TAFURI, Manfredo; DAL CO, Francesco. *Modern Architecture*. Milano: Electa, 1986.
- <sup>27</sup> Cf. MUMFORD, op.cit.
- <sup>28</sup> Cf. MUMFORD, op. cit., p. 175
- <sup>29</sup> Cf. SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 82
- <sup>30</sup> Cf. MUMFORD, op.cit.
- <sup>31</sup> Op. Cit.
- <sup>32</sup> BONDUKI, Nabil. *Op. Cit.*, p. 170.
- <sup>33</sup> Op. Cit., p. 134.
- <sup>34</sup> Ver o artigo de Vera Rezende: *Da Sedução à Oficialização; O Urbanismo Modernista na Cidade do Rio de Janeiro*, nesta edição.
- <sup>35</sup> Estudando esse processo em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, Maria Cristina da Silva Leme trabalha com algumas hipóteses interessantes, cf. comunicação *A Circulação de Idéias e Modelos na Formação do Urbanismo em São Paulo, nas Primeiras Décadas do Século XX*, apresentada no VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Niterói, 2004.
- <sup>36</sup> FERNANDES, Ana; SAMPAIO, Heliodório; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes. A Constituição do Urbanismo Moderno na Bahia (1900-1960). In: CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes; OLIVEIRA, Olívia Fernandes de (orgs.). *(Re)Discutindo o Modernismo: Universalidade e Diversidade do Movimento Moderno em Arquitetura e Urbanismo no Brasil*, p. 201-213
- <sup>37</sup> PONTUAL, Virgínia. A Cidade e o Bem Comum: O Engenheiro Antônio Bezerra Baltar no Recife dos anos 50. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9. *Anais*. v. 2, p.797-809



<sup>38</sup> REZENDE, Vera F. O Urbanismo Modernista na Cidade do Rio de Janeiro: Idéias, Projetos e Realizações. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASI, 41 Anais. Viçosa, MG, 2002.

<sup>39</sup> Cf. ANELLI, Renato. *Arquitetura e Cidade na Obra de Rino Levi*

<sup>40</sup> Ver, a propósito, o artigo de Sylvia Ficher e Pedro Paulo Palazzo, Os Paradigmas Urbanísticos de Brasília, nesta edição.

<sup>41</sup> Alguns trabalhos recentes têm apontado nessa direção, como os desenvolvidos por Vera Rezende e por Marlice Azevedo, respectivamente, para o Rio de Janeiro e para Niterói, e que mostram como, nessas cidades, a arquitetura vai “construir” a cidade moderna. Em um trabalho sobre a modernização urbana de Belo Horizonte, Juliana Nery também discutiu como a verticalização da arquitetura e sua adesão aos princípios modernistas será, durante as gestões de JK à frente da Prefeitura e, posteriormente, do Governo do Estado, a ocasião para conferir “modernidade” a uma cidade, que, pelo seu traçado, já nascera “moderna” (NERY, Juliana Cardoso. *Configurações da Metrópole Moderna: os Arranha-céus de Belo Horizonte, 1940/1960*. Dissertação. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2002.

<sup>42</sup> Como ressalta Sarah Feldman em seu artigo Um Sistema Legal para o Urbanismo: A Face Desconhecida do Movimento Moderno, nesta edição.

<sup>43</sup> DEL RIO, Vicente; GALLO, Haroldo. The Legacy of Modern Urbanism in Brazil; Paradigm Turned Reality or Unfinished Project?. *DOCOMOMO Journal*, n. 23, p. 23-27, 2000.

